



Boletim do **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**

Publicação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional
Versão em Português - Dezembro de 2016 - R\$ 4,00

REALIZADO O IV CONGRESSO DO CERQUI

O 4º Congresso do Comitê de Enlace se constitui em instrumento do proletariado, do campesinato, da juventude oprimida e da vanguarda para a construção dos partidos revolucionários, sobre a base do programa da revolução e ditadura proletárias. É um passo no caminho da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Viva o internacionalismo proletário!

Agravam-se a crise capitalista e a luta de classes mundiais

A resolução analisa a imperiosa ofensiva das potências e, em particular, dos Estados Unidos sobre os países semicoloniais. Já se observa em vários pontos da cadeia mundial a rebelião de nações e povos oprimidos contra o saque imperialista. O intervencionismo dos Estados Unidos e aliados põe às claras as tendências bélicas do capitalismo em decomposição.

página 3 a 7 ■

Resolução sobre a crise europeia

O fracasso da União Europeia não mostrará sua face por inteiro de um dia para outro, mas irá revelá-la nos choques entre as classes e entre os Estados nacionais. Trata-se de constituir o partido marxista-leninista-trotskyista sob o programa dos Estados Unidos Socialistas da Europa.

página 9 a 11 ■

Resolução sobre a crise na América Latina

A derrocada do imperialismo passa pela derrocada da burguesia latino-americana a ele associada e subordinada. O proletariado em sua luta e sob a direção do partido revolucionário pela conquista do poder tem de se aliar ao campesinato e constituir uma frente única anti-imperialista, que conforma a unidade da nação oprimida em torno do programa revolucionário.

página 12 a 16 ■

Apresentação

O IV Congresso do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) se realizou em 11 de novembro. O dia 12 foi reservado para a Escola de Quadros Internacional. No dia 8 de novembro, Donald Trump venceu Hillary Clinton. O IV Congresso do CERQUI, portanto, se desenvolveu sob o impacto desse acontecimento. No entanto, os delegados não modificaram nenhum aspecto da resolução, no que diz respeito aos Estados Unidos. Isso por que assinalava, precisamente, a existência de uma tendência fascista mundial, que emerge da grave crise econômica mundial. No ponto 10, ao examinar o conflito da burguesia europeia e norte-americana com os imigrantes, é indicada a presença de manifestações fascistas. A resolução afirma: “*A candidatura de Donald Trump alberga em suas entranhas os germes do fascismo*”. Sublinhamos a característica de germe, uma vez que não há ainda uma definição precisa das frações da burguesia imperialista, portanto, do capital financeiro, que encarna a via do fascismo. A derrota dos democratas e, em particular, do presidente Barak Obama, para um candidato que não teve uma trajetória política no Partido Republicano evidenciou que a crise econômica, que levou os Estados Unidos para perto do abismo, se converteu em uma ampla e imprevisível crise política.

Os delegados verificaram a atualidade das teses internacionais não apenas pela confirmação dos aspectos particulares, mas por suas relações que evidenciam a tendência geral do capitalismo mundial avançar em sua decomposição e a necessidade do proletariado assumir a frente dos combates. A vitória eleitoral de Trump sintetiza o curso da crise internacional. Bastou a apresentação do programa protecionista e de aceno à mudança no alinhamento dos Estados Unidos perante os países com maior peso na ordem mundial para que se tivesse a dimensão do agravamento entre os fatores da crise estrutural do capitalismo. Certamente, o governo de Trump terá de se condicionar aos interesses do capital financeiro e multinacional, que necessita vencer qualquer resistência levantada pelas fronteiras nacionais.

A resolução analisa a imperiosa ofensiva das potências e, em particular, dos Estados Unidos sobre os países semicoloniais. Já se observa em vários pontos da cadeia mundial a rebelião de nações e povos oprimidos contra o saque imperialista. O intervencionismo dos Estados Unidos e aliados põe às claras as tendências bélicas do capitalismo em decomposição.

A resolução presta atenção aos impasses no processo de restauração capitalista na ex-União Soviética e China. É fundamental não perder de vista que a recuperação do terreno perdido pela burguesia mundial para as revoluções do século passado se converte em choques interimperialistas, cujas potências estão diante do esgotamento da redivisão do mundo por meio da Segunda Guerra Mundial. O retrocesso nas economias que expropriaram a burguesia e iniciaram a economia planificada, portan-

to, a transição do capitalismo para o socialismo, se manifesta na forma da barbárie social. A resolução dá atenção especial ao lugar da restauração capitalista na crise mundial. É bem provável que pese cada vez mais na luta de classes internacional.

É necessário, nessa síntese da resolução e da discussão no Congresso, referir-se às tendências direitistas da burguesia latino-americana. O esgotamento dos meios de enfrentamento da queda econômica e da recessão tem inviabilizado a continuidade de governos nacional-reformistas, caricaturas do velho nacionalismo. Em particular, a resolução demonstra a importância do golpe institucional no Brasil e o cerco ao regime chavista que desmorona. A resolução entende, no entanto, que as massas não seguem a direita burguesa pró-imperialista, a não ser uma camada da classe média rica. Na Bolívia, os explorados tendem a convergir suas múltiplas manifestações contra o governo de Evo Morales, o que pode potencializar o Partido Operário Revolucionário (POR).

Tem importância a assimilação do regime castrista de Cuba às pressões dos Estados Unidos e sua colaboração para desmantelar na Colômbia as FARC. Contra a política restauracionista, a resolução coloca-se pela defesa das conquistas da Revolução Cubana. O que exige a construção do partido revolucionário, que tenha em seu programa a revolução política.

O Congresso discutiu, assim, a ofensiva do imperialismo no continente latino-americano e a potencial capacidade de resposta da classe operária. A tarefa de construir os partidos revolucionários se destaca como o objetivo do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. O programa dos Estados Unidos Socialistas da América Latina se mostra com nitidez cada vez maior que não há outra via para os explorados enfrentarem o saque imperialista e o servilismo das burguesias nacionais. Nesse sentido, têm muita importância as experiências com as variantes do nacionalismo burguês, que revelam a impotência de sua política reformista diante do imperialismo.

O Comitê de Enlace se coloca em posição de combate aos ataques aos imigrantes, sob a bandeira de unidade dos explorados contra a burguesia exploradora e opressora

dos países semicoloniais. Coloca-se pela autodeterminação das nações oprimidas, pelo fim da intervenção do imperialismo na Síria, Iêmen e em todo o Oriente Médio. Coloca-se contra o esmagamento do Estado Islâmico e pelo direito das nações oprimidas se rebelarem contra seus opressores. Coloca-se por levantar na América Latina os movimentos anti-imperialistas, sob a direção da classe operária. Coloca-se pela defesa da Revolução Cubana e de todas as conquistas mundiais do proletariado. Coloca-se pelo programa dos Estados Unidos Socialistas da América Latina e pela construção dos partidos revolucionários como parte da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

5 de dezembro de 2016

Agravam-se a crise capitalista e a luta de classes mundiais

1. Acontecimentos de grande dimensão indicam que o processo de desintegração do capitalismo mundial avança. São eles: prolongamento da guerra civil internacionalizada na Síria; persistente deslocamento de imigrantes para a Europa; tentativa de golpe militar na Turquia; instalação de mísseis na Polónia pelos Estados Unidos e OTAN; campanha imperialista contra a Coreia do Norte; vitória do referendo de saída da Grã Bretanha da União Europeia, golpe de Estado no Brasil, recrudescimento da crise política na Venezuela, Bolívia e Argentina.
2. Em compensação, as potências coligadas arrefeceram alguns pontos de conflito. Eis os mais importantes: a aceitação pelo Irã do acordo nuclear; restabelecimento dos laços de Cuba com os Estados Unidos; fim da guerrilha das Farc na Colômbia; acomodação da Grécia na União Europeia. As potências têm sido obrigadas a realizarem algumas mudanças políticas estratégicas em sua política internacional, procurando estabelecer sua dominação.
3. Evidentemente, não se trata de um equilíbrio entre tendências desintegradoras e agregadoras. Os choques entre nações oprimidas e entre estas e as nações opressoras no Oriente Médio e no Norte da África mudaram de forma, mas no geral se intensificaram. A concentração do intervencionismo na Síria tão somente desvia momentaneamente a atenção da multiplicidade de conflitos fronteiriços, de nacionalidades e de religiosidades que envolvem toda a região. O acordo com o Irã não resolve nenhuma das grandes contradições que estão na base da formação e desenvolvimento histórico do Oriente Médio. Na Europa, a Grécia sobrevive à custa da imposição às massas das diretrizes ditadas pela oligarquia financeira que se sobrepõe à União Europeia. É questão de tempo para que perca o artificial respiradouro. A importância de Cuba para o imperialismo não se limita à conclusão do processo de restauração capitalista, mas forma parte do processo de afirmação do domínio imperialista na região. As FARC depõem as armas em conexão com a integração de Cuba à órbita do capitalismo no continente americano. Nenhuma das grandes contradições de Cuba, porém, se resolvem por meio de tamanho retrocesso, ou melhor, da vitória da contrarrevolução.
4. Há que considerar nesse quadro a guerra civil na Ucrânia. Embora não tenha prosperado, o país continua mergulhado no divisionismo e sujeito ao intervencionismo. A solução por meio da força que resguarda interesses dos russos e do imperialismo ocidental expressa o impasse. A Ucrânia desmembrada permanece como campo de batalha de poderes externos. O processo de desintegração da União Soviética e a integração da Rússia na ordem mundial capitalista não serviram para dissolver as tendências de crescentes choques do pós Segunda Guerra. As raízes históricas da Grã Rússia renasceram com a derrocada da transição para o socialismo e impulso das forças de restauração do capitalismo. A presença dos Estados Unidos e Rússia na guerra civil da Síria em lados distintos, como a que teve e tem lugar na guerra civil da Ucrânia, ainda que guarde importantes diferenças, testemunha a enorme potencialidade dos choques mundiais.
5. O amadurecido estado de restauração na China, por sua vez, potencia os fatores e contradições da economia mundial. Também, é necessário resguardar as diferenças com o que ocorreu com a ex-União Soviética e com o lugar que a Rússia passou a ocupar nas disputas regionais pela influência e hegemonia sobre as novas fronteiras nacionais. A ampla penetração das forças mundiais do capitalismo na China não apenas a reintegrou como também a colocou em um patamar de feroz concorrência externa. Na base de sua projeção estão a inserção do capital monopolista e o regime de superexploração da força de trabalho. Dadas as condições históricas e sociais particulares, a China restauracionista pôde servir ao desafogamento das forças produtivas mundiais. E se recolocou como potência asiática. O que abriu novas frentes de conflitos com os Estados Unidos e reabriu velhas pendências com alguns dos países do Mar do Sul da China – entre eles, o Japão, que há tempo vem procurando o caminho do rearmamento.
6. No momento, a Síria ocupa a atenção do imperialismo. São praticamente cinco anos de guerra civil internacionalizada. Retrata, com absoluta clareza, a barbárie capitalista. Não se trata tão somente de um confronto interno de facções sociais que têm suas raízes no profundo atraso capitalista do Oriente Médio, no forte condicionamento das formas pré-capitalistas e semifeudais. Mas fundamentalmente na presença, ingerência e determinação do imperialismo. As fronteiras nacionais de Oriente Médio do pós Primeira e Segunda Guerra Mundiais são uma criação das potências. Os conflitos, choques e guerras em toda a região são movidos e potenciados pelos interesses econômicos e estratégicos do imperialismo, tendo à frente os Estados Unidos. Depois de destroçar o Iraque, chegou a vez da Síria. A “guerra” intermitente de Israel contra os palestinos, que no momento parece arrefecida, é parte do desenvolvimento da crise na região, bem como as ameaças de confrontos entre Israel e Arábia Saudita com o Irã. Com as devidas proporções, o Iêmen reflete as mesmas condições de guerra civil internacionalizada e desagregação territorial, uma vez que se acha sometido ao intervencionismo das potências da região, sob o comando do imperialismo. A barbárie capitalista, no Oriente Médio, portanto, é expressão acabada da violação sistemática da autodeterminação dos povos e do direito à independência nacional.
7. A “guerra” jihadista, nacionalista, que assume a forma do terrorismo, em particular contra as potências, é consequência da brutal opressão nacional sofrida pelos povos que se identificam como muçulmanos. São forças primitivas combatendo forças econômicas e militares altamente avançadas. Não têm como vencer o imperialismo e seus aliados nacionais a não ser que os explorados se levantem em defesa da autodeterminação e da independência nacional. No entanto, as várias tendências da jihad islâmica resistem em escala impensável. Têm surpreendido os Estados Unidos pela capacidade de prolongar os combates. O que não seria possível se a resistência se apoiasse em grande medida no método terrorista, alheio à evolução política das massas e do nível de coesão nacional. O fracasso dos Estados Unidos e de sua coligação

- em impor a paz das poderosas armas no Iraque e Afeganistão evidenciou a ampla e grandiosa resistência das nações e povos oprimidos à colonização imperialista. Os levantes de massa e a luta armada no Oriente Médio e adjacências são importantes fatores da crise mundial do capitalismo.
8. As devastações no Oriente Médio, em especial a ruína da Síria, têm provocado grandes deslocamentos humanos. Há alguns anos, a Europa Ocidental se contorce com o fluxo de refugiados das guerras, conflitos, miséria e fome. Do Oriente Médio, são expulsos milhares e milhares, mas as levas de imigrantes se avolumam com deslocamentos da África e da Ásia. A burguesia europeia aproveitou o quanto pôde e ainda aproveita da força de trabalho que vem de fora. O que antes era uma solução, agora, é um tormento nas condições de estagnação, recessão e alta taxa de desemprego. Os refugiados, por seu lado, não encontram um lugar na Europa decadente e não têm como voltar a seus lugares de origem.
 9. A crise dos imigrantes tomou uma proporção extraordinária. Expressou e expressa os impasses da unificação europeia. Esteve entre os motivos apresentados para a ruptura da Grã Bretanha com a União Europeia. Serviu para insuflar a xenofobia entre a classe operária inglesa, especialmente entre os desempregados e subempregados. O posterior anúncio do governo britânico de construir um muro na fronteira com a França, em Calais, corresponde ao Brexit, mas não passa de uma extensão das barreiras montadas em vários pontos da Europa. O assombroso financiamento pela União Europeia da barreira erguida pela Turquia dá a medida da opressão nacional e social que cobre o Oriente Médio. A violência contra os imigrantes põe à luz do dia o progresso da barbárie em plena Europa civilizada. O imperialismo submete seus países e região à guerra e lhes nega o direito de sobrevivência em seu capitalismo avançado. Os choques em torno dos refugiados envolvendo vários países, sob o comando das principais potências, demonstram que as fronteiras nacionais continuam vigentes. Não poderão ser abolidas por tratados e artifícios constituídos pelas potências.
 10. O problema dos imigrantes e do terrorismo vem se manifestando inevitavelmente nos Estados Unidos. Embora de forma e dimensões distintas das que atingem a Europa Ocidental, corresponde às mesmas contradições e desequilíbrios. Colocaram-se no centro da disputa eleitoral entre republicanos e democratas. O que não é novidade. Mas há um traço distintivo que é a imersão de tendências fascistas em solo norte-americano. A candidatura de Donald Trump alberga em suas entranhas os germes do fascismo. De conjunto, o programa apresentado se baseia na estratégia do nacional-imperialismo. Está aí por que se fundamenta em algumas premissas de defesa das fronteiras nacionais dos Estados Unidos, de expansão econômica pela força das armas, pela generalização da xenofobia e recrudescimento do racismo. A confluência das tendências fascitizantes da maior potência com as da Europa Ocidental é um grave sintoma da decomposição mundial do capitalismo, que não encontra saída nem poderá achar progressiva para a sua crise estrutural. Tudo indica que crescerão e fortalecerão as posições chauvinistas no seio das potências.
 11. O agravamento das condições sociais se ampliou nestes anos de retração e recessão da economia mundial. A gigantesca taxa de desemprego e de miséria retomou a linha ascendente. O período continua marcado pelo fechamento de postos de trabalho e demissões em massa. Embora desigual de país a país, a depender das circunstâncias nacionais da queda e do nível da retomada do crescimento, a perspectiva não é de reversão geral do quadro de destruição de forças produtivas. Não há dúvidas de que as condições de existência dos explorados foram empurradas para trás em todo o mundo. Está aí por que já não se referem às ambiciosas metas do “milênio” da ONU. A burguesia mundial, sob a orientação das potências, se realinhou em torno da necessidade do capital de impor retrocessos a antigas conquistas trabalhistas e previdenciárias do proletariado. Sob o rótulo da “modernização”, do “ajuste” e da flexibilização das relações trabalhistas, por todos os lados, os explorados enfrentam ataques generalizados sem precedentes desde o pós-guerra. Essa é a via dos capitalistas de conservarem os lucros e enfrentarem a violenta concorrência internacional.
 12. As ilusões em torno de um capitalismo moderno, renovador, globalizado, multilateral e voltado a erguer os de baixo desabaram sob os golpes da crise de superprodução e da supremacia do capital parasitário. As potências não se livraram dos poderosos impactos. Evidentemente, são os países semicoloniais que vêm pagando o preço mais alto da conta. Essa é a ordem das relações de dominação imperialista. No entanto, a classe operária e as camadas mais pobres da classe média radicadas nas potências não foram e não estão sendo poupadas. Nesta situação, está o traço distintivo da crise geral do capitalismo.
 13. Situação que corresponde à época de restauração capitalista, que serviu de respiradouro à crise de superprodução e à tendência da queda da taxa média de lucro. Em particular, a China se alçou com a vasta proletarização e com a superexploração da força de trabalho. O gigantesco deslocamento de capitais se contrapôs, por um período de três décadas, às tendências da crise estrutural do capitalismo, marcada por vários distúrbios regionais desde a década de 70. Os explorados chineses pagaram um alto tributo ao capital internacional e à burguesia chinesa em reconstituição. Esse extraordinário processo vem perdendo força. A classe operária mundial e, em particular, a radicada nas potências também deve contribuir com retrocessos à sustentação do capitalismo em decomposição. O que estremece o cimento social que parecia sólido e impulsiona a luta de classes em todas as partes.
 14. O mergulho do capitalismo mundial na mais ampla e profunda crise desde a Segunda Guerra arrastou e arrasta para o precipício os países que viveram o período de transição para o socialismo. A classe operária enfrenta a brutal exploração, os baixos salários e o desemprego. A classe média que se viu no paraíso da restauração já não tem como ostentar as vantagens e discriminações sociais. A ruptura, interrupção e retrocesso no movimento de construção do socialismo restabeleceram as velhas chagas do capitalismo. A burguesia imperialista obteve com a destruição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas a mais grandiosa vitória contra o proletariado e demais oprimidos. A partir da derrota do proletariado revolucionário, reconstituiu-se a unidade eco-

nômica rompida com as revoluções socialistas. No entanto, a restauração não fez senão potencializar a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção. A vantagem “salvadora” resultou em maior concentração de riqueza e propriedade; em maior separação entre a minoria rica e a imensa maioria pobre. Observa-se que a alta concentração monopolista, de um lado, e diminuição da renda das massas e a expansão da pobreza e miséria, de outro, estão na base da crise mundial que eclodiu em meados de 2008. Fenômeno que se agravou ainda mais nestes últimos oito anos de queda, estagnação e recessão econômica.

15. Não há perspectiva de uma retomada geral e vigorosa da economia mundial. Os Estados Unidos tomaram a frente da recuperação, mas com baixo crescimento. A União Europeia faz esforços para evitar a queda na recessão. O Japão continua sofrendo o bloqueio às suas forças produtivas desde o “crash” de 1991. A China já não pode sustentar altos índices de crescimento, e retraiu suas importações de matérias-primas, afetando 70 países exportadores. A Rússia continua a ressentir a enorme queda de 8% em 2009, padecendo do cerco comercial na forma de sanção imposta pelos Estados Unidos. O Brasil se bate em meio à maior recessão de sua história. Basta a difícil situação desses países para concluir que as medidas tomadas pela burguesia internacional em comum acordo e aquelas impostas aos países mais frágeis e aos semicoloniais não poderá reverter a crise de superprodução e de sobrecarga do capital financeiro parasitário.
16. As medidas antirrecessivas na forma de intervenção dos Tesouros Nacionais e Bancos Centrais não serviram para levantar a economia. Amorteceram a derrocada da produção e do comércio. Trilhões de dólares salvaram banqueiros e multinacionais de uma ampla e profunda quebra. De forma que a destruição de forças produtivas, que é a consequência inevitável da crise de superprodução, foi limitada por meios monetários artificiais. Aplicou-se o mesmo método especulativo do capital parasitário. Isso não apenas nos Estados Unidos, União Europeia e Japão, mas também em países como o Brasil. Evidentemente, com resultados e consequências distintos. Nestes oito anos de recessão e baixo crescimento, verificou-se que o excesso de liquidez, em outras palavras, de capital parasitário, resultou em duradoura taxa de juros de 1% a menos de 0%. As dívidas dos Estados Nacionais nos países ricos são sustentadas nestas condições, enquanto que as dívidas dos países semicoloniais arcam com juros exorbitantes. Caso se prolonguem a estagnação comercial, a queda dos preços das matérias primas (commodities), o estreitamento dos mercados internos, a redução do nível de produtividade e a crescente volatilidade financeira, é bem possível que se recoloque a crise mundial nos patamares de 2008/2009, ou ainda mais alto. Significa que a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção impulsionará com maior vigor as tendências de desintegração do capitalismo mundial.
17. Estados endividados, poderosas corporações contidas pela estagnação dos mercados nacionais e internacional, capital financeiro restringido pelas baixas taxas de juros nos países avançados e desemprego em alta recrudescem a concorrência e intensificam a pressão da burguesia contra antigas conqui-

tas dos explorados. O prolongamento desses desequilíbrios incentiva e fortalece posições burguesas e pequeno-burguesas de defesa das suas fronteiras nacionais e de ataque às nações oprimidas. Está posta em questão a orientação nas hostes do próprio imperialismo, da última década, de enfrentar o bloqueio das forças produtivas e o agigantamento do parasitismo por meio de acordos multilaterais e de organização de grandes blocos. O crescimento do comércio internacional tem se estagnado. Os acordos multilaterais impulsionados pelos EUA e a Euroa procuram limitar a crescente presença chinesa na economia mundial, fazerem crescer suas economias incrementando suas exportações, tentando sair da recessão, da desindustrialização. Protecionismo, rebaixamento dos salários e aumento da taxa de exploração da força de trabalho é o caminho que vem se constituindo. Dos países semicoloniais, é exigido que abram ainda mais seus mercados, tomem duras medidas fiscais, alcancem superávit primário, mantenham as altas taxas de juros e apliquem a flexibilização capitalista do trabalho. Recrudescem as opressões de classe e nacional. Somente a luta revolucionária do proletariado mundial poderá dar um norte às massas e aos povos oprimidos.

18. Em distinto grau, a crise mundial golpeou os países da América Latina. A avaliação de que estavam mais preparados para aguentar suas consequências e que poderiam solucionar seus problemas à margem do que se passava nas potências, graças à independência alcançada nos últimos tempos, não se verificou. É profunda a penetração das multinacionais, do capital financeiro e comercial no continente. Carregam um excessivo peso da dívida interna e externa. E dependem em grande medida do preço das commodities. Passada a década de crescimento mundial, a América Latina refletiu as contradições estruturais de países de economia atrasada, cuja presença do pré-capitalismo é um obstáculo ao desenvolvimento de suas forças produtivas. A classe operária, os camponeses pobres, as nacionalidades indígenas e camadas da classe média arcam com o atraso capitalista e com os estertores da crise mundial.
19. Na Europa e nos Estados Unidos, se desenvolvem tendências fascistas. Na América Latina, a direita francamente pró-imperialista ganha posições em seguida à desintegração das ditaduras militares. Certamente, tais tendências não se manifestam por igual em todos os países. O importante está em que há uma íntima relação entre o que se passa nos países imperialistas e nas semicolônias latino-americanas. O golpe de caráter institucional no Brasil não é um marco nesse sentido, mas é o acontecimento mais importante na América do Sul. Outros golpes o antecederam, com as mesmas características institucionais e com apoio dos Estados Unidos. A Venezuela poderá sofrer um golpe militar. Essa é a perspectiva que se apresenta, como variante do golpe institucional. Na Argentina, o governo peronista foi derrotado pela via eleitoral. O novo governo, porém, está em sintonia com o movimento de substituição de governos nacional-reformistas, que não se alinham incondicionalmente às diretrizes das potências.
20. O restabelecimento das “relações” entre Estados Unidos e Cuba é um passo decisivo em favor da restauração capitalista. Tem o mesmo significado contrarrevolucionário para a América Latina que teve a desintegração da União Soviética

para a Europa capitalista. O mais provável é que acelere a volta ao capitalismo com a penetração do capital monopolista e financeiro. A retomada da ascendência dos Estados Unidos sobre a Ilha é um dos últimos acontecimentos do amplo processo de destruição das conquistas revolucionárias do proletariado. A deposição das armas pelas Farc na Colômbia e sua transformação em partido democratizante também é um dos trunfos em favor do imperialismo e da reação burguesa oligárquica, embora estivesse deformada como guerrilha e decomposta politicamente.

21. O avanço de Cuba rumo ao capitalismo e a capitulação das Farc ocorrem na situação em que se esgota o ciclo de governos que arrastaram as massas por detrás da política nacional-reformista e que acabaram por revelar sua incapacidade de enfrentar o imperialismo. O regime dos Castros se apoiou na onda do movimento burguês e pequeno burguês antineoliberal para dar limitados passos restauracionistas e retardar os efeitos das pressões dos Estados Unidos. Agora, seu apoio direto à deposição de armas pelas Farc resulta na aceitação do triunfo do capitalismo e na nítida negação da guerrilha, que esteve na base da Revolução Cubana. O castrismo curva-se abertamente à bandeira de paz imperialista, que é a paz da submissão e do saque das nações oprimidas. Com a derrocada da União Soviética, a destruição da III Internacional pelo estalinismo e a impossibilidade de a IV Internacional recompor as forças do proletariado mundial, era inevitável que se chegasse a um retrocesso tão amplo e profundo dirigido pela contrarrevolução. Corresponde a uma longa e profunda etapa de crise de direção revolucionária, que a vanguarda tem de compreender e lutar com o objetivo de erguer um movimento pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista.

22. A nova situação política e a nova etapa da luta de classes que se abriram com a crise mundial continuam em pleno desenvolvimento. Assinalamos como acontecimento mais recente a importância da ruptura da Grã Bretanha com a União Europeia quanto à desintegração do capitalismo e à impossibilidade de a burguesia resolver a contradição entre as forças produtivas e as fronteiras nacionais. A crise da imigração é sintoma das mesmas leis econômicas e históricas. É necessário ainda remarcar o significado da greve geral na França. Suas características indicam a polarização da luta de classes entre o proletariado e a burguesia. O movimento transbordou os diques de contenção da burocracia sindical e se projetou com reivindicações próprias e com o método da luta de classes. Se o marco de resistência do movimento das massas aos ataques dos capitalistas e seus governos; se estabeleceu em 2012, com as greves em vários países, o marco do combate operário se forjou na jornada de luta de março a julho deste ano na França. A necessidade dos explorados de se levantarem contra a alta do desemprego crônico e a destruição de antigas conquistas, sem dúvida, está em choque com as tendências fascitizantes de setores da burguesia e da pequena-burguesia. A defesa do programa da revolução proletária pode se potencializar, a depender da vanguarda e da luta consciente pela superação da crise de direção.

23. Nos Estados Unidos, a classe operária e demais explorados padeceram com a explosão da crise. A recuperação de parte

dos empregos acomodou a relação entre as classes. No entanto, se mantiveram a precarização e as perdas salariais, de forma que cresceu a pobreza em vastas camadas da população. A poderosa burocracia teve como manter o profundo refluxo do movimento operário. A greve nas refinarias de petróleo em 2015 em razão da insegurança indicou a precarização das relações de trabalho no setor. Mas o que tem se destacado nos conflitos sociais é o recrudescimento do racismo. As manifestações contra os assassinatos de negros e os confrontos com a polícia indicam que a luta de classes se manifesta na forma de reação à opressão racial. No fundo da discriminação, está a brutal exploração das massas negras. O problema se estende às vastas camadas formadas de imigrantes, cuja discriminação tem a mesma base e não é menos grave que a sofrida pelos negros. A fração negra e a constituída por imigrantes constituem uma importante força do proletariado norte-americano. Está aí a importância estratégica de sua organização revolucionária. Tudo indica que a tendência nos Estados Unidos é a da classe operária se ver na necessidade de defender suas condições de existência, o que também se passa com a gigantesca classe média pobre. Deparar-se-ão com as tendências fascitizantes mais definidas das camadas ricas e brancas da classe média e de setores da burguesia.

24. Na América Latina, observa-se que os explorados estão perplexos diante da incapacidade e do fracasso dos governos caricaturas do nacionalismo e do reformismo, naufragarem na crise e revelarem sua real face pró-capitalista. Sem a direção revolucionária constituída no seio do proletariado, à exceção da Bolívia, o enfrentamento entre a direita e a esquerda burguesa no plano da democracia burguesa tem arrastado as massas. Constituiu-se uma esquerda democratizante e subordinada às disputas eleitorais e parlamentares após o ciclo das ditaduras militares. Seguem-na as variantes do centrismo esquerdizante, que se formou na esteira da desagregação do estalinismo, da dispersão do castro-guevarismo e da divisão no seio revisionista do trotskismo. A derrocada dos governos nacional-reformistas em curso é um fator que põe à luz do dia a dimensão da crise de direção e a necessidade de a vanguarda se reorientar para o trabalho de pôr em pé o partido-programa.

25. A experiência das novas gerações de explorados com a democracia burguesa é de grande importância. Evidencia a impossibilidade de resolver os grandes problemas nacionais e, sobretudo, de barrar o avanço da barbárie social. A democracia serve aos interesses do grande capital e de caixa de ressonância do imperialismo. A lição é que não somente o regime de ditadura funciona como instrumento da política mundial das potências. A democracia não deixa de ter importância para os monopólios. Evidentemente, a política do proletariado sempre distinguiu a ditadura da democracia, no sentido de que esta pode melhor auxiliar à luta dos revolucionários por sua aproximação com os explorados. O decisivo está em aproveitar o melhor possível das experiências das massas com a democracia burguesa, para desenvolver sua luta independente e classista. Uma das experiências mais ricas nesse sentido foi a da ascensão e queda do Partido dos Trabalhadores (PT), no Brasil. Comprovaram a inviabilidade de reformas no capitalismo em decomposição e de colocar a

democracia a serviço da maioria explorada. Demonstraram que a substituição do partido marxista-leninista-trotskista, vanguarda do proletariado, por um partido de trabalhadores policlassista, expressou a crise de direção e a se levantou como obstáculo à sua solução.

26. As massas, sem estarem sob a direção do partido revolucionário, tanto podem se deslocar para a esquerda quanto para a direita. Não de forma homogênea, mas como movimento de camadas. Não se observa a potenciação da direita burguesa, francamente pró-imperialista, sobre a base de deslocamentos dos explorados da influência do nacional-reformismo. Certamente, é preciso acompanhar a evolução da crise em países como Brasil, Argentina, Venezuela e Equador, onde prevaleceram na última década governos nacional-reformistas. Na Bolívia, a crise tem polarizado a luta de classes, de forma que operários fabris, mineiros, artesãos, pequenos comerciantes e camponeses pobres potenciam a política revolucionária, que o Partido Operário Revolucionário (POR) encarna. Trata-se de uma situação particular na América Latina e, por isso mesmo, parece isolada. Verifica-se, na Argentina, que a troca do governo justicialista por um francamente pró-imperialista não implicou a direitização de amplas camadas populares, muito menos do proletariado. No Brasil, o governo golpista não conta com apoio dos explorados e se acha isolado. Em outras palavras, nasceu encastelado na classe capitalista e em uma camada rica da classe média. A Venezuela, por sua vez, se destaca pela profundidade da crise do regime chavista. A direita golpista trabalha para arrastar parcelas crescentes da população pobre que não têm como sustentar um governo incapaz de enfrentar a sabotagem dos empresários e do imperialismo. De alguma forma, como fenômeno geral, é o que se passa no Chile e Equador. Ocorre que qualquer que seja o governo, por mais democrático ou autoritário que seja, está obrigado a responder à crise econômica com ataques sistemáticos à vida da maioria oprimida.
27. O esgotamento de governos vestidos com a caricatura do nacional-reformismo, expressão decadente do velho nacionalismo burguês, e suas substituições por governos direitistas, seja por meios democráticos (eleições) ou antidemocráticos (golpes institucionais), coloca mais nitidamente para o proletariado e sua vanguarda a tarefa de superar a crise de direção. O problema está em que tais governos não têm sido derrotados pelos explorados no seu terreno próprio de independência de classe. São movimentos no seio da própria burguesia e de seu Estado que acabam por defenestrá-los, uma vez que já não têm serventia ao grande capital. Neste caso, a exceção continua a ser a Bolívia, em que a direita burguesa ainda se encontra desintegrada. Em geral, significa que a vanguarda terá de se potenciar defendendo a plataforma de reivindicações dos explorados, levantando as bandeiras que respondem às tarefas democráticas, desenvolvendo a propaganda revolucionária em torno da estratégia do governo operário e camponês, da revolução e ditaduras proletárias, e aplicando a tática da frente única antiimperialista, ajustada à evolução da crise política e da luta de classes.
28. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional tem um importante lugar na luta pela superação da crise de direção revolucionária. Sua origem e desenvolvimento

dependeram em grande medida do POR boliviano, que foi seu alicerce programático. Estabeleceu-se sobre a base da experiência, que levou à degeneração das principais seções da IV Internacional entre os anos 50 e 70 pelo revisionismo, um novo curso de reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista. A crítica programática e teórica à revisão sobre o caráter contrarrevolucionário do estalinismo, ao desvio para posições castro-guevaristas, à capitulação diante da luta armada foquista, às deformações de caracterização dos países semicoloniais da América Latina, ao afastamento da concepção leninista do partido e à assimilação do democratismo pequeno-burguês se projeta na nova situação de crise. Têm enorme importância para o presente as posições do trotskismo sobre as experiências da frente popular no Chile, da luta armada na Argentina, dos golpes militares e da falência das esquerdas nacionalistas. Há todo um percurso trilhado pelo POR boliviano que se transformou em programa e teoria e que se fez presente na construção do Comitê de Enlace. De sua solidez e progresso, depende, em grande medida, a construção de suas seções. O quer dizer que necessariamente essas têm de responder às particularidades nacionais pelo programa e política internacionalista do proletariado. Tarefa que obriga o Comitê de Enlace a compreender a evolução da crise mundial do capitalismo e a se posicionar diante dos grandes acontecimentos.

29. A reorganização do capitalismo após a Segunda Guerra e o processo de restauração com a desintegração da União Soviética não modificaram a demonstração dos Quatro Primeiros Congressos da III Internacional de que o capitalismo da época imperialista é de decomposição. Não desfez a caracterização de que a fase última, que é a de predomínio do capital financeiro e dos monopólios, corresponde a de guerras, revoluções e contrarrevoluções. E não contraria a tese de que a época imperialista é a de inviabilidade de grandes reformas e de projeção da barbárie social. O grande período de contrarrevolução marcado pelo avanço da restauração capitalista, em nenhum momento, evitou a opressão nacional, os massacres de povos, as guerras locais e o intervencionismo militar das potências. Em nenhum momento, amenizou a luta de classes e impossibilitou levantes de nações oprimidas. As condições objetivas para novas revoluções e para a abertura de um novo período de transição do capitalismo para o socialismo não apenas permaneceram nesses anos de restauração, como amadureceram ainda mais. Essa constatação reafirma as premissas históricas sobre as quais se funda o Programa de Transição da IV Internacional. A gigantesca crise que consome o velho continente vem golpeando a mais ousada tentativa burguesa de unificação europeia. E elevando à superfície o programa proletário que se sintetiza na tarefa de constituir os Estados Unidos Socialistas da Europa, baseados na propriedade social. Em nosso continente, os impasses das economias atrasadas e semicoloniais e a feroz ofensiva do capital imperialista por cima de suas fronteiras nacionais, por sua vez, põem à luz do dia o programa dos Estados Unidos Socialistas da América Latina. É com essa caracterização e com esse programa que o Comitê de Enlace trabalha pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista. É com essa estratégia que orienta suas seções a combater pela revolução e ditadura proletárias.

Contribuição à Resolução internacional

Virada protecionista das metrópoles imperialistas

Todos os organismos financeiros do imperialismo coincidem em indicar que a economia mundial está atravessando um período de contração. A demanda de matérias-primas caiu e provocou a queda dos preços. No período prévio de expansão relativa da economia, a China, a Índia, o Brasil e outros países foram a locomotiva que puxou o trem da dita expansão, inundando o mundo com mercadorias baratas, com base na atração de capitais da metrópole, para que se beneficiassem da mão-de-obra barata e das melhores condições para tentar reverter a tendência geral de queda da taxa média de lucro.

Durante este breve período de expansão, as economias das grandes metrópoles acentuaram a semi-paralisação de seu aparato produtivo e seu caráter cada vez mais acentuado de centros parasitários de especulação do capital financeiro. As fábricas e os capitais da metrópole emigraram para os países semicoloniais para se beneficiarem das vantajosas condições oferecidas pelos governos burgueses servís e entreguistas.

A bonança do período prévio foi erigida sobre a base da super-exploração da força de trabalho e da precarização das condições de trabalho. Como não podia ser de outra maneira, os lucros dos negócios do período foram parar nas mãos das multinacionais imperialistas e da oligarquia financeira que, além disto, se beneficiou dos fundos de resgate que os diferentes governos outorgaram aos bancos e empresas em quebra.

As massas exploradas, tanto dos países ricos como dos semicoloniais, são as que carregam em seus ombros as consequências de toda a política econômica do imperialismo e das burguesias nacionais, por meio da deterioração crescente das suas condições de vida e de trabalho. Mesmo nos países beneficiados conjuntamente pela expansão, constata-se que os benefícios da mesma não chegam às massas e que as suas vidas continuam tão miseráveis ou piores do que antes. Tudo isto vem se traduzindo em uma tendência à agudização da luta de classes e, em particular, a incorporação do proletariado nas mobilizações, como por exemplo dos operários franceses contra a precarização das condições de contrato, dos operários chilenos contra as AFP's (empresas administradoras de fundos de pensão) e os ganhos miseráveis e dos operários fabris bolivianos contra a ameaça de demissão, etc. para falar dos fatos mais recentes. A agudização da crise econômica mundial vem tensionando o proletariado.

Os governos burgueses - tanto nas metrópoles imperialistas (EUA, Alemanha, França, Inglaterra, etc.) como em uma parte dos países semicolonias, particularmente os que contam com as economias maiores como Brasil, México e Argentina - vêm

anunciando e dotando medidas protecionistas como resposta à contração econômica mundial. Fechar as fronteiras, desvalorizar sua moeda frente ao dólar, que é permanentemente desvalorizado pelo governo estadunidense, tudo para impedir que as mercadorias baratas dos países capitalistas atrasado empurrem a um maior colapso os deprimidos aparatos produtivos das metrópoles. É ilustrativo escutar os candidatos presidenciais estadunidenses defenderem o protecionismo e o retorno dos capitais e das fábricas ao país, ao mesmo tempo em que condenam os acordos de livre comércio, como o Acordo Transpacífico, inicialmente impulsionado pela Clinton e agora condenado por ela mesma. Outra expressão clara esta tendência é o triunfo do NÃO na União Européia no referendo da Grã-Bretanha e o fortalecimento das tendências nacionalistas de direita, em alguns casos até neonazistas (Trump no EUA, Le Pen, na França, Aurora Dourada na Grécia, etc).

As medidas protecionistas que alguns países adotam contra outros tensionam suas relações e exacerbam a guerra econômica.

No presente, as forças produtivas cresceram na economia internacionalizada, de forma que a sua capacidade produtiva não pode ser contida dentro das fronteiras nacionais, sua exist

tência depende de sua projeção no mercado mundial, por isto as medidas protecionistas adotadas pelas metrópoles são insustentáveis no longo prazo. São ações conjunturais para tratar de apaziguar momentaneamente a pressão econômica externa e o mal-estar social interno.

A burguesia está diante da urgência de destruir a superprodução do período anterior. Para isto, descarrega todo o seu peso sobre os países pobres, sobre os operários e as massas oprimidas, tanto da metrópole como da semicolônia. A questão não é quem paga, mas sim quanto paga cada um, para que a burguesia imperialista saia de sua crise. Mas as massas têm demonstrado que não estão dispostas a baixar a cabeça facilmente. O capitalismo em crise, para sobreviver, impõe sangue e sofrimento do proletariado e das nações oprimidas. A situação política mundial tende a ir ao extremo da luta de classes.

Tudo isto é expressão da agudização da crise estrutural do capitalismo em sua

etapa de decadência senil, em sua fase imperialista. O desenvolvimento das forças produtivas criou a economia mundial, submeteu todos os países a suas leis gerais; este desenvolvimento se choca com a persistência das fronteiras nacionais, expressão da vigência da propriedade privada burguesa sobre os meios e produção. Uma vez mais se confirma a conclusão de Trotsky, a humanidade está diante de um dilema: socialismo ou barbárie.

As medidas protecionistas que alguns países adotam contra outros tensionam suas relações e exacerbam a guerra econômica. No presente, as forças produtivas cresceram na economia internacionalizada, de forma que a sua capacidade produtiva não pode ser contida dentro das fronteiras nacionais, sua existência depende de sua projeção no mercado mundial, por isto as medidas protecionistas adotadas pelas metrópoles são insustentáveis no longo prazo. São ações conjunturais para tratar de apaziguar momentaneamente a pressão econômica externa e o mal-estar social interno.

Resolução sobre a crise europeia

1. A decisão, por referendo, que retira o Reino Unido da União Europeia (UE) indica o fortalecimento das forças centrífugas e desintegradoras no velho continente. Observa-se um caminho inverso do processo iniciado em 1944 com a união aduaneira denominada Benelux e com a constituição da Comunidade Europeia do Carvão e Aço, em 1951.
2. As duas guerras mundiais expressaram o choque entre as forças produtivas e as fronteiras nacionais. A derrota da aliança nazifascista, a gigantesca destruição promovida pela 2ª Guerra, a necessidade de reconstrução da Europa capitalista e o imperativo de uma paz duradoura consequentemente deram lugar a um movimento de união europeia. No final dos anos 50, a burguesia deu um passo a mais nesse sentido, constituindo a Comunidade Econômica Europeia (CEE), por meio do Tratado de Lisboa (1957). Dava-se um salto no sentido de formar um mercado comum e afrouxar as fronteiras nacionais, porém ainda muito limitado.
3. Trinta e cinco anos depois, o avanço da unidade da Europa ocidental romperia o restrito círculo da CEE. O Tratado de Maastricht estabeleceu, em 1992, um novo marco, formando a União Europeia. O processo de restauração capitalista na União Soviética e no Leste Europeu dava um salto à frente. O acordo de livre-comércio em 1986 – Ato Único Europeu – forçava o rebaixamento das fronteiras nacionais. A reunificação da Alemanha potencializou o caminho do alargamento da União Europeia.
4. No início dos anos 90, a Europa Ocidental se fortalecia diante da Europa Central e Oriental enclausurada pelo “socialismo em um só país”. A busca de solução dos conflitos provocados pelo choque entre as forças produtivas e as fronteiras nacionais se combinou com a desintegração da União Soviética e de seu bloco. O processo de unificação, de um lado, e o processo de restauração de outro possibilitaram que emergisse a tese de que o capitalismo rompia velhas contradições que levaram a Europa a duas grandes guerras.
5. Tudo indicava que a Europa burguesa estava amadurecida para romper a camisa de força dos Estados nacionais, que na época imperialista se tornariam obstáculos ao livre desenvolvimento da economia mundial e regional. A derubada do Muro de Berlim passou a ser o símbolo de uma nova época de unidade, prosperidade e paz europeia. O capitalismo se livrava do perigo comunista e a “guerra fria” ficaria para trás. A unidade da Europa se colocou como condição para promover essa diretriz e garantir a

A União Monetária implicou submeter os países ao Banco Central Europeu por meio do Sistema Europeu de Bancos Centrais (Eurosistema). Havia de responder a uma diretriz única de controle das dívidas públicas, das taxas de juros, do câmbio e da inflação, com metas gerais fixadas. A posição inglesa de defesa de sua soberania e dos seus interesses vinculados aos Estados Unidos traçou um limite até onde iria com a unificação. As pressões da Alemanha e França não fizeram senão ampliar a divisão entre os partidários e contrários à manutenção do Reino Unido na UE.

estabilidade econômica, social e política.

6. O Tratado de Maastricht (1992) e de Amsterdã (1999) permitiram um importante feito. Implantaram-se as denominadas quatro liberdades – livre circulação de mercadorias, de serviços, de capitais e de pessoas. Esta última foi regulamentada pelo Tratado de Schengen, que inclui além dos 27 estados-membros a UE, três outros de fora (Suíça, Noruega e Islândia). De fato, a concretização dessa medida indicou o rebaixamento das fronteiras nacionais, mas não sua extinção e superação. O que permitiu à UE se tornar o maior bloco econômico. Mais do que um bloco, uma unidade econômica e monetária, com a criação da zona do euro e uma organização política.
7. A realização do referendo e a votação da maioria pela saída da Inglaterra expressam uma ruptura no processo iniciado ainda nos anos 1940 e principalmente nos anos 1950. O Reino Unido nunca esteve à frente do movimento unitário. A burguesia inglesa não foi uma entusiasta da tese de uma Europa sem as velhas fronteiras nacionais. No entanto, por forças das novas relações edificadas no pós-guerra teve de se curvar. Está aí por que aderiu apenas em 1973, momento em que a Comunidade Econômica Europeia passava de 6 estados-membros para 9. Reagiu negativamente à extinção das moedas nacionais e à sua substituição pelo euro. Foi e é sintomática a divisão em torno da moeda única, que congrega apenas 17 dos 28 membros da UE. Foi o sinal da impossibilidade de caminhar com a unificação até a superação da contradição do capitalismo mundial de se assentar em estados e conservar a todo custo as fronteiras nacionais.
8. A União Monetária implicou submeter os países ao Banco Central Europeu por meio do Sistema Europeu de Bancos Centrais (Eurosistema). Havia de responder a uma diretriz única de controle das dívidas públicas, das taxas de juros, do câmbio e da inflação, com metas gerais fixadas. A posição inglesa de defesa de sua soberania e dos seus interesses vinculados aos Estados Unidos traçou um limite até onde iria com a unificação. As pressões da Alemanha e França não fizeram senão ampliar a divisão entre os partidários e contrários à manutenção do Reino Unido na UE. Há que indicar que inúmeros países não foram aceitos na Zona do Euro porque não preenchiam as condições determinadas pela Alemanha e França (grau de endividamento, déficit, etc). Também neste caso foi traçado um limite por razões distintas às da Inglaterra.
9. A Inglaterra há muito deixou de ser uma potência industrial. Ocupa, no entanto, um importante lugar nas finan-

ças mundiais. De forma que tem um estreito vínculo com os Estados Unidos. A União Europeia lhe foi auspiciosa, até o momento em que a decisão da Alemanha e França de criar a moeda comum e edificar instituições capazes de interferir nos Estados nacionais ameaçou limitar sua soberania governamental, seus interesses no mercado de valores e seu controle sobre o movimento do capital financeiro. A regressão da Inglaterra foi tão profunda que se tornou relativamente menos capaz de atuar junto à aliança franco-alemã. O poderio que ainda conserva está condicionado pela aliança com a América do Norte.

10. A crise mundial aberta em fins de 2008 nos Estados Unidos provocou uma grande erosão na UE. Abalou os fundamentos da unificação que vinha sendo pavimentado. Evidenciou as profundas desigualdades entre os estados-membros. E colocou à luz do dia a prepotência da aliança entre França e Alemanha, bem como o pequeno poder de influência da Inglaterra. A situação pré-falimentar que chegaram Espanha, Itália, Portugal e Irlanda comprometeram o progresso da unificação. A Alemanha se mostrou forte e firme ao lado de uma França enfraquecida. A falência da Grécia ameaçou de ruptura com a UE. Reacenderam as tendências separatistas. A Escócia esteve perto de sair do Reino Unido.
11. Na situação de crise mundial, agravaram os conflitos no Oriente Médio e na África. O imperialismo europeu se mostrou mais suscetível à desintegração de países inteiros, como Iraque, Líbia e Síria. A projeção dos movimentos jihadistas, com a utilização do método terrorista de combate, demonstrou que não poderia haver uma paz europeia à margem do restante do mundo. As guerras civis e a intervenção imperialista refletiram na Europa com grandes deslocamentos de imigrantes. A estagnação, a recessão e alta taxa de desemprego não permitiram absorver um contingente humano tão volumoso. Explodiu no seio da UE a crise da imigração. Acontecimento que pesou decisivamente para a maioria da população inglesa votar pela ruptura.
12. O esgotamento das possibilidades da unidade avançar, segundo os objetivos traçados de estabilidade, crescimento e encurtamento da distância entre estados-membros avançados e atrasados deu lugar às velhas chagas da Europa imperialista. Alastraram-se e continuam a alastrar as manifestações xenofóbicas. O nacionalismo fascista passou a ser encarado como aceitável e normal, relevando o seu lugar proeminente da 2ª Guerra Mundial. Está aí por que ascendeu o Partido da Independência do Reino Unido (Ukip). A campanha anti-imigrante expressou a crise política no seio dos partidos burgueses e tomou a forma

de violência reacionária. No lugar da unidade, fortalece a fragmentação. No lugar do fim das disparidades sociais, vicejam as discriminações e o chauvinismo.

13. A burguesia está em posição de ataque à vida das massas no mundo inteiro. Na Europa, a socialdemocracia já não tem como ocultar sua política antioperária. Seus estertores se manifestam na França. A grande greve da classe operária contra as medidas de reformas trabalhistas estabeleceu um marco de ruptura com o governo socialdemocrata. Na Inglaterra e na Alemanha, o partido trabalhista e o partido social democrata (SPD), respectivamente, demonstraram, bem antes, a falência da política de bem-estar social e a dependência perante o capital financeiro. A longa estagnação tem se traduzido em uma massa de desempregados crônicos e empobrecimento da classe média. O que aos poucos tem alargado o fosso entre a maioria explorada – incluindo os milhões de imigrantes – e a minoria capitalista.

14. Os acontecimentos mundiais indicam que a crise de 2008 é a mais profunda e longa das que ocorreram no pós-guerra. Está aí por que a unificação da Europa sob o comando

da Alemanha e França e sob a política do capital parasitário se estacou e começou a retroceder. Em lugar da crescente igualdade, aumentou a desigualdade nacional e de classe. Em lugar da expansão industrial, maior concentração na Alemanha. Em lugar da estabilidade, desestabilização como a da Grécia, Espanha, etc. Os antigos desequilíbrios da Europa voltaram com o fracasso das decisões da burguesia em dirigir um movimento de real superação das contradições entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as fronteiras nacionais.

15. A saída da Inglaterra UE pode não se efetivar, como avaliam alguns analistas e como desejam as frações burguesas que estão pela permanência. Mas uma capitulação e humilhação não mudarão a ordem dos acontecimentos em desenvolvimento. As tendências centrífugas operam como mais força que as centrípetas. Está aí por que o almejado objetivo de constituição de uma grande área de livre-comércio, o Acordo Transpacífico, sob a liderança dos Estados Unidos, é questionado pela direita norte-americana, na figura de Donald

Trump. A guerra comercial é intrínseca ao capitalismo. O processo de unificação da Europa demonstrou que em última instância se trata da defesa dos interesses das potências que necessitam expandir seus negócios por cima de suas fronteiras nacionais.

16. O mercado mundial constitui a base da unificação, mas não tem como dar curso a tal tendência objetiva porque o capitalismo se forjou sobre a base dos Estados nacionais. A unificação da Europa quanto mais avançava mais se es-

Na situação de crise mundial, agravaram os conflitos no Oriente Médio e na África. O imperialismo europeu se mostrou mais suscetível à desintegração de países inteiros, como Iraque, Líbia e Síria. A projeção dos movimentos jihadistas, com a utilização do método terrorista de combate, demonstrou que não poderia haver uma paz europeia à margem do restante do mundo. As guerras civis e a intervenção imperialista refletiram na Europa com grandes deslocamentos de imigrantes. A estagnação, a recessão e alta taxa de desemprego não permitiram absorver um contingente humano tão volumoso. Explodiu no seio da UE a crise da imigração.

barrava na estrutura mundial. O lugar da Inglaterra no continente é o de servir de canal aos interesses da potência hegemônica. Está aí por que pôde romper, apesar dos riscos de um relativo isolamento europeu. Quanto mais independência a Inglaterra impor diante da Alemanha e França, maior será sua dependência com os Estados Unidos. Obama se pronunciou pelo não rompimento, mas a decisão em nada muda a velha aliança.

17. É preciso considerar não apenas a contradição entre as forças produtivas e as fronteiras nacionais, como também entre essas e as relações capitalistas de produção fundadas nos monopólios. O livre desenvolvimento das forças produtivas já não é possível na fase última do imperialismo. Em geral, se acham bloqueadas pela alta concentração e pelo gigantesco parasitismo financeiro. A 2ª Guerra devastou a Europa e o Japão, permitindo a abertura de um período de reconstrução e expansão. A crise de superprodução de 2008 expôs o esgotamento do novo ciclo pós-guerra. As forças produtivas voltaram a se bater dentro da camisa de força das relações de produção. No fundo, é o que explica a reversão da tendência de unificação da Europa que despontou nos anos 50 do século passado.
18. O marxismo reconheceu, analisou e estabeleceu as bases teórico-programáticas de tais contradições, que somente podem ser resolvidas pela revolução proletária. A tomada do poder pelo proletariado na Rússia em 1917 comprovou que o capitalismo da época imperialista se caracteriza por revoluções e contrarrevoluções. A vitória da contrarrevolução restauracionista não modifica a caracterização histórica de que o capitalismo em decomposição é de transição para o socialismo. O fracasso da unificação da Europa, sob a direção da mais poderosa fração da burguesia do continente, por sua vez, não desfaz a necessidade de libertação das forças produtivas dos poderosos obstáculos que são as fronteiras nacionais. Ao contrário, confirma tal necessidade. Evidencia, porém, que nos marcos do capitalismo não é possível solucionar a contradição de ordem histórica.
19. O proletariado é a classe revolucionária que levará adiante a unificação. O desaparecimento progressivo das fronteiras nacionais depende da solução da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção. Isso explica por que a burguesia monopolista pode impor determinadas condições de redução das travas nacionais, mas não pode eliminá-las. É o que fez a burguesia europeia premida pelas experiências catastróficas das duas guerras mundiais. Sem dúvida, até onde chegou a União Europeia e a Zona do Euro foi um grande feito. Essa obra deve ser levada em

A tomada do poder pelo proletariado na Rússia em 1917 comprovou que o capitalismo da época imperialista se caracteriza por revoluções e contrarrevoluções. A vitória da contrarrevolução restauracionista não modifica a caracterização histórica de que o capitalismo em decomposição é de transição para o socialismo. O fracasso da unificação da Europa, sob a direção da mais poderosa fração da burguesia do continente, por sua vez, não desfaz a necessidade de libertação das forças produtivas dos poderosos obstáculos que são as fronteiras nacionais. Ao contrário, confirma tal necessidade. Evidencia, porém, que nos marcos do capitalismo não é possível solucionar a contradição de ordem histórica.

- consideração justamente porque comprova a tese marxista-leninista-trotskista da unificação do continente por meio dos Estados Unidos Socialistas da Europa, como ponto de partida para se alcançar a sociedade superior, comunista.
20. O rebaixamento, diluição e desaparecimento das fronteiras nacionais dependem da transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. Os avanços no rebaixamento das fronteiras da Europa Ocidental e Central assinalam o curso histórico do desaparecimento da burguesia. Na época da Revolução Russa e da constituição da III Internacional, foi anunciada programaticamente o fim das disputas nacionais e a unificação das nações. A tarefa central consistia em expropriar pela revolução proletária a burguesia e transformar as relações capitalistas de produção em socialistas. A estratégia do internacionalismo punha acento na luta revolucionária sob a bandeira de Estados Unidos Socialistas da Europa.
21. A classe operária europeia e mundial padece de profunda crise de direção revolucionária. Essa é a chave de nossa época. Época caracterizada pela desintegração do capitalismo, emersão de posições fascistas, de ataque em toda linha à vida das massas, recrudescimento da opressão nacional e avanço da barbárie social, por um lado. E pela necessidade dos explorados de se levantarem em todos os lugares em defesa de suas condições de vida e de antigas conquistas que lhes estão sendo quitadas, pela necessidade das nações e povos oprimidos combaterem o imperialismo, por outro. Está aí por onde a vanguarda será empurrada a enfrentar a crise de direção, que se impôs pela degeneração do Estado Operário na ex-União Soviética, pela destruição da III Internacional e pela liquidação dos partidos comunistas no mundo todo pelo estalinismo revisionista e contrarrevolucionário.
22. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional – dissolvida pelo revisionismo centrista – tem por orientação constituir os partidos-programas como parte da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista. Munido do Programa de Transição, luta para que as seções o apliquem às particularidades nacionais e as subordinem à estratégia da revolução mundial. Não há dúvida de que a Europa é o berço do marxismo e das primeiras revoluções proletárias. Mas também, como não poderia deixar de ser, o berço do reformismo, do oportunismo e do revisionismo. O fracasso da União Europeia não mostrará sua face por inteiro de um dia para outro, mas irá revelá-la nos choques entre as classes e entre os Estados nacionais. Trata-se de constituir o partido marxista-leninista-trotskista sob o programa dos Estados Unidos Socialistas da Europa.

Resolução sobre a crise na América Latina

1. O golpe de Estado no Brasil indica o recrudescimento das disputas interburguesas na América Latina. É parte de um amplo movimento da direita burguesa para se livrar de governos que posaram de nacionalistas e reformistas. Meses antes do PT ser defenestrado da presidência da República, na Argentina, o Frente para a Vitória (FpV), que integrava o Partido Justicialista (PJ), perdeu as eleições para a coligação direitista dos partidos Proposta Republicana (PRO) e União Cívica Radical (UCR). A derrocada do PT e do PJ tem particular importância, uma vez que Brasil e Argentina são os dois países semicoloniais com maior peso econômico e político na ordem latino-americana. Demonstrou que o prato da balança pendeu para a volta da direita burguesa ao poder. Embora a esquerda nacional-reformista, portanto, expressão da política burguesa, não tenha ameaçado os interesses das potências, é-lhes mais conveniente a direita francamente pró-imperialista.
2. Em fevereiro, o Movimento ao Socialismo (MAS) e aliados sofreram uma derrota no referendo que decidiu sobre a possibilidade de que Evo Morales volte a ser candidato nas eleições de 2019. O golpe no Brasil e a derrota do kirchnerismo na Argentina se deveram ao avanço da direita, enquanto que a rejeição ao continuísmo do MAS se deveu à evolução das massas para a esquerda, que tendem a se entroncar com a política revolucionária do Partido Operário Revolucionário (POR). Embora as circunstâncias e as particularidades sejam distintas, a crise do governo indigenista, burguês por seu caráter de classe, compartilha do esgotamento geral de tais governos.
3. Na Venezuela, o governo de Nicolás Maduro já não tem para onde ir. A oposição direitista, que se desmoronou depois do frustrado golpe militar de 12 de abril de 2002 contra Hugo Chávez, agora batalha por conseguir a realização de um referendo revogatório do mandato presidencial de Maduro. A conquista da maioria nas eleições legislativas no final de 2015 refletiu o declínio da chavismo e a ascensão da direita concentrada em torno da Mesa da Unidade Democrática. O esgotamento do nacionalismo se precipita com a queda dos preços do petróleo e se deve à incapacidade do chavismo de completar a estatização dos recursos naturais, bem como expropriar o grande capital venezuelano vinculado ao imperialismo. A oposição tem conseguido combinar os permanentes conflitos de rua com a disputa parlamentar, de forma a manter o governo de Maduro encurralado. A tendência é de agravamento da luta de classes e de desfecho da crise protagonizado pelos militares.
4. O governo de Rafael Correa, empossado em janeiro de 2007, conseguiu estabilizar o Equador, depois da grande crise política no período de 1988 a 2005. Correa se elegeu depois que o presidente Lucio Gutiérrez fugiu do país, em 2005, sob massivos e radicais protestos populares. A Constituinte de setembro de 2007 conferiu poderes ao presidente, sem os quais não poderia governar e tomar algumas medidas, como a retomada da base militar de Manta, sob o controle dos Estados Unidos, em 2009 e nacionalização do petróleo e gás, em 2010 e fazer algumas reformas, como a do judiciário e a da regulação dos meios de comunicação. A crise econômica já não permite ao governo avançar em medidas estatizantes. A classe média saiu às ruas em junho de 2015, contra impostos sobre herança. Pequenos proprietários se sublevaram. Em agosto deste mesmo ano, a Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador e a Frente Unitária dos Trabalhadores deram prosseguimento às contestações por meio de marchas, bloqueios e grandes manifestações. Sem poder contar com a alta da receita proveniente do petróleo e gás, o governo de Correa se encontra em uma situação tão difícil como a de Evo Morales.
5. A polarização eleitoral no Peru se deu entre dois candidatos da direita. Tanto Pedro Pablo Kuczynski quanto Keiko Jujimori expressam duas variantes da política antinacional e antipopular. Kuczynski é um político diretamente vinculado às diretrizes dos Estados Unidos. A esquerda pequeno burguesa nacionalista, representada por Verónica Mendoza, mostrou sua impostura democratizante ao se submeter à disputa do segundo turno, apoiando Kuczynski. As massas peruanas, principalmente a classe operária e os camponeses, foram arrastadas por trás da falsa divisão política mediante a grande reprovação do governo de Ollanta Humala. Lembremos que Humala se projetou na política burguesa como nacionalista radical, uma vez eleito em 2011, fez uma virada abertamente pró-imperialista. O Peru passou a servir ao intervencionismo econômico-comercial dos Estados Unidos submetendo-se ao Acordo do Pacífico, vigente desde o governo aprista de Alan Garcia. A penetração do capital imperialista na mineração aumentou o saque do país, recrudescendo a miséria, intensificou a opressão sobre as nacionalidades índias e provocou massacres. É nessas condições que o novo governo irá avançar com a política antinacional e enfrentará os explorados.
6. O Partido Socialista do Chile e o Partido Comunista chegaram à conclusão sobre o golpe militar de Pinochet de que o melhor a fazer é se adaptarem mais fundo ao capitalismo e se curvarem diante do imperialismo. Participaram da transição à democracia sem desmontar as instituições da ditadura e pagaram o preço da submissão ao grande capital para voltarem ao poder, com a eleição de Ricardo Lago em 2000. Sob o governo do Partido Socialista, é assinado o acordo de livre-comércio com os Estados Unidos. Dava-se sequência à política de subserviência da ditadura fascista à maior potência. O Chile passou a ser um “modelo” de aplicação da diretriz neoliberal. A vasta privatização desarmou a capacidade do Estado semicolonial diante de funções básicas como os recursos hídricos, o ensino, a saúde e o sistema previdenciário. A entrega da mineração a um punhado de multinacionais colocou o Chile na mais ampla dependência. Mediante o desgaste do governo de Michelle Bachelet, que se mostrou incapaz de romper com política pró-imperialista, a eleição da direita, na figura de Sebastián Piñera, em janeiro de 2010, livrou o Partido Socialista de se encarregar de assinar o acordo Aliança do Pacífico, ma-

nejado pelos Estados Unidos. A crise é tão profunda que as massas sem perspectiva reconduziram Bachelet ao poder nas eleições de 2013. As manifestações estudantis de maio de 2011 marcaram uma virada na situação política, expressando a necessidade dos explorados de se lançarem à luta. A luta estudantil por restabelecer a vigência constitucional do princípio da gratuidade do ensino em todos os níveis, que angariou a mais ampla simpatia popular, foi sabotada pela burocracia sindical, que estrangulou a incorporação do proletariado organizado em apoio às reivindicações estudantis, e traída pela direção ligada ao estalinismo (PCCH), que concluiu utilizando a revolta estudantil como trampolim eleitoral para obter cargos no aparato do Estado burguês. Essa tendência de choque dos explorados com os governos entreguistas e os monopólios que depredam o país foi mais uma vez colocada recentemente quando massivas mobilizações populares e greves nacionais operárias exigiram o fim das AFP (Asseguradoras de Fundos de Pensão). A presença do proletariado como principal força social nesses confrontos indica que se abriu no país uma nova etapa da luta de classes.

7. A cassação do mandato do presidente Fernando Lugo, em junho de 2012, configurou um golpe de Estado. A eleição do ex-bispo, ala esquerda católica, em 2008, rompeu com seis décadas de domínio do Partido Colorado oligárquico. O que parecia uma mudança de rumo da política burguesa do Paraguai durou apenas quatro anos. No fundo da crise, esteve a questão agrária. Lugo foi incapaz de pôr em prática seu limitado programa de reforma agrária, se indispsôs ao mesmo tempo com os camponeses e com os latifundiários. Os colorados voltaram ao poder elegendo o empresário e contrabandista (acusado de ligação com o narcotráfico) Horácio Cartes. Os Estados Unidos, assim, recuperaram um aliado de confiança, que passou a agir no Mercosul de acordo com os interesses do imperialismo. A greve geral de março de 2014 indicou o agravamento da luta de classes, não apenas em torno das necessidades dos assalariados como também dos camponeses.
8. Em 2004, a eleição de Tabaré Vázquez, da Frente Ampla também configurou uma mudança no poder político do Uruguai. Alterou a hegemonia dos dois partidos da oligarquia, Colorados e Blancos. Cinco anos depois, o ex-guerrilheiro José Mujica, sucedeu a Vázquez, confirmando o poder eleitoral da esquerda reunida na Frente Ampla. Em 2014, Vázquez retornou à presidência, pela Frente Ampla. No entanto, apesar do seu palavreado reformista, não alterou o fundamental: submissão do Uruguai ao imperialismo e manutenção da pobreza e miséria das massas. A “Carta de Intenções” assinada por Tabaré com o FMI ditou as diretrizes da política antinacional e antipopular da Frente Ampla. Abriu-se o mercado, impulsionou a desnacionalização das terras e aumentou a concentração agrária, favorecendo o agronegócio. A Frente Ampla que conta com o Partido Socialista, Partido Comunista, Movimento de Libertação Nacional-Tupamaro e dissidências dos velhos partidos oligárquicos conseguiu avançar a burocratização das organizações sindicais e estatizá-las. É o que explica em parte a continuidade de três mandatos da Frente Ampla. A greve

geral de 7 de outubro de 2010, encabeçada pelo funcionalismo público, deu sinal de que se abriu uma fissura nas bases da Frente Ampla, embora não tenha progredido nos anos seguintes.

9. Em 2015, o governo de Enrique Peña Nieto abriu passagem a mais violenta etapa de desnacionalizações, de repressão político-social e de ataques às condições de vida das massas na história recente de México. A destruição do monopólio estatal do petróleo e gás, as privatizações nos setores de energia e telecomunicações, na saúde e na educação, são manifestações das tendências mundiais de aprofundamento da opressão social e nacional dos países semicoloniais. Tais medidas pró-imperialistas, no entanto, têm se chocado com as tendências de lutas presentes entre as massas. A burguesia tem respondido pondo em pé um Estado policial. Evidentemente, não se trata de reforçar a ação repressiva contra a burguesia narcotraficante, integrada ao aparelho do Estado e economia nacional por múltiplos fios. Trata-se de violência reacionária da burguesia dirigida contra os explorados. Eis por que, sob o “Estado do direito” burguês, a polícia e o exército massacraram estudantes, professores e camponeses em defesa dos lucros monopolistas e da burguesia narcotraficante. Porém, é incapaz de abortar a tendência nacional de luta que se projeta objetivamente contra o regime político e os monopólios. As massas têm respondido à violência contrarrevolucionária com a ação direta de massas (manifestações, greves, bloqueios, ocupações, etc.). O problema está em que essa tendência não ganhou ainda uma expressão política consciente, uma vez que se choca com o atraso político-organizativo da classe operária mexicana, que padece de brutal bloqueio das burocracias sindicais. Nas condições de desagregação capitalista e de avanço das tendências de luta de classes se colocará aos explorados a tarefa de romper esse bloqueio e projetar a luta anti-imperialista pela independência nacional do México, caminho para a derrocada da burguesia subserviente e parasitária. A irrupção da classe operária mexicana, com suas próprias reivindicações e seus métodos próprios de luta, é uma peça chave para definir o curso de desenvolvimento da crise em América Latina.
10. O processo de restauração capitalista em Cuba avança a passos largos. A decisão de Barack Obama de restabelecer as relações diplomáticas com o regime dos castros, seguida de tratativas do governo cubano com o Vaticano, demonstra que o imperialismo avalia que o bloqueio comercial já não é necessário e que o processo de restauração capitalista na ex-União Soviética, Leste Europeu e China já foi suficientemente longe. O castrismo já não tem importância na América Latina. Converteu-se em sombra do passado guerrilheiro (foquista) e do nacionalismo pequeno-burguês radical. O empenho de Raúl Castro em auxiliar o governo da Colômbia e dos Estados Unidos na tarefa de desarmar e liquidar as Farcs é uma gratificante prova à burguesia latino-americana de que Cuba está na rota da restauração capitalista. A derrocada das Farcs representa a vitória do Plano Colômbia, promovido pelos Estados Unidos e apoiado por toda a burguesia latino-americana. Não houve necessidade de intervenção militar direta dos ianques, como

ocorreu tantas vezes no século XIX e XX. O imperialismo se valeu da própria burguesia colombiana e da colaboração da burguesia latino-americana. Os castristas que se tornaram reles democratizantes e assumiram plenamente o reformismo e o nacionalismo senis concluem como auxiliares do imperialismo no desarmamento das Farcs. Abandonaram a revolução de 1959 e se tornaram instrumentos da destruição das conquistas revolucionárias do proletariado e dos camponeses pobres.

11. A crise mundial iniciada em meados de 1970 afetou brutalmente a América Latina. Inviabilizou a continuidade do ciclo de ditaduras, iniciado com o golpe militar de 1964 no Brasil. Em 1985, encerrou 21 anos de regime militar no Brasil; em 1988, 15 anos no Chile; em 1983, 7 na Argentina; em 1983, 11 anos no Uruguai; e no Paraguai, sempre muito instável, a ditadura de Alfredo Stroessner se iniciou com o golpe de 1954 e encerrou com a eleição em 1993 de Carlos Wasmosy, portanto, a mais longa, 39 anos. A instabilidade também marcou a Bolívia, depois do golpe de René Barrientos Ortuño, em novembro de 1964, sobreveio o golpe de agosto de 1971 de Hugo Banzer, sua ditadura foi até 1978; depois de um pequeno lapso de governo constitucional, sobreveio o golpe de Luis Garcia Mesa em 1980, dois anos depois o governo deposto de Siles Zuazo voltou ao poder constitucional. A Bolívia, como se constata, atravessou um grande período ditatorial – do golpe de 1964 a 1982. Uma vez que as ditaduras cumpriram sua função de golpear o movimento operário, camponês e da pequena burguesia urbana, bem como quebrar suas organizações de luta, e desbaratar a vanguarda, já não tinham vigência na nova situação de crise. Era preciso que as frações da burguesia negociassem a política econômica de ajuste dos interesses nacionais aos interesses do imperialismo e criassem os canais de controle ao inevitável ascenso da luta de classes. A bandeira de democratização ou de transição democrática serviu a esses objetivos. Caberiam aos governos eleitos aplicar a diretriz neoliberal, a exceção do Chile onde a política neoliberal dos “Chicago Boys” foi imposta pela ditadura de Pinochet, o que não foi possível às esgotadas ditaduras militares dos outros países latino-americanos.
12. Durante a década de 90, prevaleceram governos que assumiram os ditames do FMI e a orientação neoliberal do Consenso de Washington. No Brasil, se destacou Fernando Henrique Cardoso que aplicou um amplo programa de privatização e de conversão da dívida externa em dívida pública interna. Na Bolívia, coube a Gonzalo Sánchez de Lozada aplicar as medidas neoliberais. Na Argentina, principalmente, ao governo de Carlos Menem. No Peru, Alan García e Alberto Fujimori. No Uruguai, Luis Alberto Lacalle. No Chile, Patricio Aylwin deu continuidade às diretrizes neoliberais de Pinochet. Ainda que se diferenciem em determinadas particularidades de política econômica, todos esses governos se aliaram em torno da orientação norte-americana de proteção ao capital financeiro parasitário. O entreguismo e o sacrifício das massas foram tão brutais que não tiveram como esconder da população o seu conteúdo reacionário. O alto desemprego, a informalidade e o confisco salarial os tornaram tão impopulares que abriram o caminho para a ascensão dos governos nacional-reformistas, cuja campanha política se centralizou na rejeição ao neoliberalismo.
13. Com a eleição de Hugo Chávez em 1988 e de Ricardo Lagos em 2000, abriu-se um período de governos burgueses que se colocaram por reformas “democrático-populares” e por determinadas medidas nacionalistas. Procuraram se identificar com a política de direitos humanos da ONU – na realidade, dos Estados Unidos – e realizaram um processo de julgamento limitado dos crimes da ditadura militar. Apegaram-se à suposta democratização do Estado. Prometeram fazer uma distribuição de renda, desconcentrar a riqueza e a propriedade da terra. Idealizaram uma soberania nacional sem ruptura com o imperialismo e uma compatibilização entre os monopólios e as formas de propriedade nacional. Comprometeram-se a integrar as nacionalidades índias em um Estado Plurinacional, pagar a dívida histórica aos os negros que sofrem o racismo e promover a igualdade de “gênero” às mulheres e homossexuais que padecem de discriminações. Vislumbraram com sua política econômica que os pobres ficassem menos pobres, os miseráveis menos miseráveis e os ricos menos ricos. Tal equilíbrio distributivo e social se daria em um tempo indefinido. A crise de 2008, porém, se encarregou de desfazer o embuste nacional-reformista sobre a possibilidade de humanizar a barbárie capitalista.
14. A retomada da ofensiva da direita burguesa se tornou possível diante da incapacidade de tais governos de esquerda de responderem à crise de superprodução, de queda tendencial da taxa de lucro e de impasse do capital financeiro parasitário. O retorno das tendências recessivas na economia mundial se manifestou inexoravelmente na América Latina. Trata-se de um movimento reverso ao da expansão das forças produtivas que se configurou na década dos anos 2000. O Brasil, por sua industrialização, pelo gigantismo da especulação e por seus estreitos vínculos com a política das multinacionais caiu no abismo da recessão, a mais prolongada de sua história econômica. A Argentina em distinto grau segue o mesmo caminho, revertendo o período de alto crescimento de 2003 a 2007, despencando abruptamente em 2012 e chegando à recessão em 2014. A Venezuela foi mais ao fundo do poço. Os países latino-americanos de conjunto atravessam um período de queda no crescimento. A crise superprodução mundial derrubou os preços das commodities e provou um novo período de desequilíbrios nos países, ressaltando o caráter atrasado da economia e a condição de países semicoloniais. Está em curso a retomada dos conflitos em torno da dívida parasitária que pesa em todos os países da região.
15. A burguesia não tem outra saída senão atacar fundo a vida das massas e sacrificar a economia nacional com o entreguismo. Situação que obriga os explorados a se defenderem com os métodos de luta do proletariado, partindo de suas reivindicações mais elementares. Está aí por que os governos nacional-reformistas já não servem e devem ceder o poder do Estado, de uma forma ou de outra, a governos direitistas, francamente pró-imperialistas. Na Argentina, foi por meios eleitorais, no Paraguai e Brasil por

meio de golpe institucional. É necessário observar as particularidades de cada país. No geral, nota-se uma disposição dos explorados responderem com luta. O imperialismo e as distintas frações da burguesia latino-americana contam com a crise de direção revolucionária e com a domesticação da esquerda democratizante. A Venezuela, de um lado, destaca pela enorme cisão na política burguesa, na possibilidade de levante das massas e de um desenlace da crise pela via militar. A Bolívia, de outro, se distingue pelo fato de a direita se encontrar muito debilitada e parte dela ter se colocado ao lado de Evo Morales e pelo fato de os explorados estarem procurando a via revolucionária. No Brasil e Argentina, a nova situação indica para um enfrentamento dos explorados com as duras medidas antinacionais e anti-populares dos governos direitistas.

16. A constituição de governos da reação burguesa teve na conciliação de classes e na burocratização e estatização

dos sindicatos seu mais importante apoio. Auxiliaram os capitalistas no objetivo de resolver a crise do poder pelas vias das instituições e dos métodos burgueses. E terá ainda um papel chave na estabilização desses governos que nasceram da crise política. O fundamental está em que a conciliação de classes, que ganhou nova projeção com os governos nacional-reformistas e abortou as tendências combativas que despontaram entre a classe operária contra os governos neoliberais, tem de servir à contenção da revolta da classe operária contra as medidas antinacionais, antipopulares e anti-operárias. No entanto, a situação objetiva coloca a burocracia sindical em rota de colisão com a necessidade dos explorados se defenderem dos ataques às suas condições de vida. Coloca-se a tarefa de romper o bloqueio burocrático e erguer a plataforma de reivindicações comum dos explorados e desenvolver os métodos da ação coletiva de massas. Trata-se de aplicar a tática da frente única baseada na democracia operária e nas organizações de frente única criadas pelas massas em luta, ajustadas às particularidades e desenvolvimento de cada país. É por essa via que se desenvolverá a luta da vanguarda e das frações mais avançadas da classe operária por romper a estatização e avançar na conquista da independência política e organizativa.

17. As experiências com os golpes militares, com o nacional-reformismo e com a direita burguesa são fundamentais para a construção dos partidos revolucionários e superação da crise de direção mundial. É preciso integrá-las no processo de constituição do programa no seio do proletariado e dos demais explorados. Na Bolívia, o golpe de 1971 foi desfechado abertamente contra a Assembleia Popular, em cuja direção estava a política do proletariado expressa pelo

(...) a conciliação de classes, que ganhou nova projeção com os governos nacional-reformistas e abortou as tendências combativas que despontaram entre a classe operária contra os governos neoliberais, tem de servir à contenção da revolta da classe operária contra as medidas antinacionais, antipopulares e anti-operárias. No entanto, a situação objetiva coloca a burocracia sindical em rota de colisão com a necessidade dos explorados se defenderem dos ataques às suas condições de vida. Coloca-se a tarefa de romper o bloqueio burocrático e erguer a plataforma de reivindicações comum dos explorados e desenvolver os métodos da ação coletiva de massas.

POR marxista-leninista-trotskista. No Chile, voltou-se contra o avanço da luta operária e camponesa sob o impotente governo da Unidade Popular. Na Argentina, respondeu à radicalização da classe operária que já não se submetia ao peronismo decadente. No Brasil, o golpe militar se voltou contra a evolução da luta operária e camponesa sob o governo nacionalista em decomposição. Evidentemente, há outras determinações decisivas, como a do intervencionismo dos Estados Unidos para se livrarem de governos que não atendiam diretamente as ordens do imperialismo, na situação convulsiva da década de 60 e 70. Mas no essencial foram golpes contra os explorados, objetivando obstaculizar o desenvolvimento da luta de classes. A crítica programática ao nacionalismo, a suas variantes estalinistas e castristas foi realizada em grande medida pelo POR boliviano. Cabe assimilá-la e compreender as particularidades do atual nacionalismo e do reformismo socialdemocrata.

É imprescindível a luta em torno da tarefa de libertar os explorados do controle da política de conciliação e desenvolver sua independência de classe.

18. Por mais distintos que sejam os países da América Latina, têm uma base comum caracterizada pelo capitalismo atrasado de economia combinada, pelo caráter semicolonial de sua submissão ao imperialismo e por fazerem parte da divisão internacional do trabalho como produtores e provedores de matérias-primas e produtos agropecuários. Sem exceção, todos carregam uma dívida interna e externa que servem de pilar de sustentação do parasitismo financeiro. O bloqueio a suas forças produtivas industriais são a prova de que o imperialismo se constitui na grande trava. Na América Latina, destacam-se quanto à industrialização apenas o Brasil, Argentina e México, no entanto continuam atrasados e condicionados pela combinação de formas arcaicas de produção. Os demais países estão largamente enclausurados na extração, produção e exportação de matérias-primas e produtos agropecuários. Essa base eco-

nômica e social comum determina os objetivos e as tarefas democráticas comuns de rompimento com o imperialismo, a conquista da real independência nacional, a revolução agrária e o fim da opressão sobre as nacionalidades índias. Na presente época de decadência do capitalismo senil, esse programa democrático só pode ser realizado pelo proletariado estando na direção da nação oprimida, aplicando métodos socialistas de governo. A derrocada do imperialismo passa pela derrocada da burguesia latino-americana a ele associada e subordinada. O proletariado em sua luta e sob a direção do partido revolucionário pela conquista do poder tem de se aliar ao campesinato e constituir uma frente única anti-imperialista, que conforma a unidade da nação oprimida em torno do programa revolucionário. A aliança operária e camponesa é indispensável para derrubar a bur-

guesia do poder, expropriar o grande capital e romper a dominação imperialista. É indispensável subordinar toda luta econômica e política dos explorados à constituição do governo operário e camponês, que é a forma governamental que assumirá a ditadura do proletariado nos países latino-americanos. A derrota da direita burguesa passa pela separação dos explorados dos partidos e governos nacional-reformistas. Essa tarefa será desenvolvida e cumprida aplicando o Programa de Transição da IV Internacional às condições próprias de cada um dos países, às condições próprias da América Latina e às condições mundiais que determinam em última instância as condições particulares. O programa dos Estados Unidos Socialistas da América Latina expressa a tarefa histórica de reorganização das forças produtivas continentais na base da propriedade social dos meios de produção e da plena integração dos países que conservam uma estreita interdependência geográfica, histórica, econômica, social e política.

O Comitê de Enlace reconhece a tarefa de fortalecer suas seções e ampliar sua intervenção na América Latina e em outras partes do mundo, desenvolvendo o internacionalismo proletário.

19. A extrema maturidade do fator econômico da revolução não encontra correspondência no desenvolvimento do fator subjetivo, que se mostra em grande atraso. Com muita dificuldade, avança a luta do Comitê de Enlace por compreender que a tarefa de pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista (IV Internacional) passa pôr construir os partidos-programa, partidos operários revolucionários com base no desenvolvimento do programa da revolução em cada país, como seções nacionais solidamente enraizadas no proletariado e nas massas. Partidos que conhecem e aprendem a transformar em política revolucionária o instinto comunista da classe operária. O programa implica o conhecimento das particularidades nacionais, implica compreender como é que as leis gerais do capitalismo se concretizaram no contexto histórico, geográfico e cultural particular e determinado por uma formação capitalista atrasada concreta, da qual deriva a mecânica de classes igualmente concreta e que não é exatamente a mesma em todas as latitudes. O desconhecimento dessas particularidades converte qualquer empenho do partido em uma pantomina dominada pelo oportunismo, pelas generalidades, pelos lugares comuns, incapaz de compreender, expressar e dar forma aos impulsos mais profundos das massas que caminham por acabar com a ordem estabelecida. É nesse

ponto decisivo que se estabelece a diferença na evolução política das diferentes tendências latino-americanas que se reivindicam do trotskismo. Aqueles que se negaram a colocar a tarefa do desenvolvimento do partido-programa como eixo fundamental de sua atividade concluíram invariavelmente como centristas, reformistas, eleitores e traidores da causa do socialismo, da revolução e ditadura proletárias. São um obstáculo para o desenvolvimento da consciência de classe do proletariado, cumprem um papel retardatário, contrarrevolucionário. A perspectiva de organização da luta de classes, como manifestação da deterioração das condições econômicas na América Latina, encontrará uma direção revolucionária débil ou ausente, mas, por sua vez, constituirá uma situação favorável para seu desenvolvimento e afirmação.

Com muita dificuldade, avança a luta do Comitê de Enlace por compreender que a tarefa de pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista (IV Internacional) passa pôr construir os partidos-programa, partidos operários revolucionários com base no desenvolvimento do programa da revolução em cada país, como seções nacionais solidamente enraizadas no proletariado e nas massas. Partidos que conhecem e aprendem a transformar em política revolucionária o instinto comunista da classe operária. O programa implica o conhecimento das particularidades nacionais, implica compreender como é que as leis gerais do capitalismo se concretizaram no contexto histórico, geográfico e cultural particular e determinado por uma formação capitalista atrasada concreta, da qual deriva a mecânica de classes igualmente concreta e que não é exatamente a mesma em todas as latitudes.

20. A dimensão da força do proletariado latino-americano é extraordinária. No entanto, seu potencial revolucionário ainda não foi desenvolvido pela ausência ou debilidade do partido operário revolucionário. Os traços comuns do continente - a sua história e o processo de formação econômico-social - permitem reconhecer o significado do avanço da assimilação crítica da elaboração teórica e da experiência revolucionária do proletariado boliviano por parte dos revolucionários do continente, o que será determinante para o seu desenvolvimento revolucionário e o futuro da Revolução Socialista Mundial. O desenvolvimento político da IV Internacional exige das seções nacionais precisar a caracterização de cada país e sua mecânica de classes, o que resulta da ação do partido por transformar a classe e conquistar a nação oprimida para a causa da revolução social. A partir daí se desenvolve uma luta constante, uma discussão permanente, entre o partido e a classe, entre a vanguarda da classe, na qual está enraizado o partido, e as camadas atrasadas, entre o proletariado e as demais classes da nação oprimida, entre o proletariado como expressão da nação oprimida e o imperialismo. Para o partido se transformar em uma questão vital deve expressar o estado de ânimo da classe por onde se manifesta seu impulso instintivo, sua disposição combativa. Há que se determinar qual a atitude das massas oprimidas e se estas deslocam ou não para

posições revolucionárias e anticapitalistas do proletariado. Esta discussão político-programática não é, nem pode permanecer nos limites nacionais. É necessário aproveitar as experiências de outras latitudes, e discuti-las organizada no interior do Partido Revolucionário Mundial. Não esquecemos que a revolução em nossa época é "nacional por sua forma e internacional por seu conteúdo".